



PARECER JURÍDICO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 07/2022.

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 04/2022.

1. RELATÓRIO

Por força do disposto no artigo 38, inciso VI, da Lei 8.666/93, foi remetido a esta Assessoria Jurídica, para análise e emissão de parecer conclusivo, relativo ao Processo de Licitação nº 07/2022, que se trata de um Pregão Eletrônico, sob número 04/2022.

A documentação do Edital referente ao Processo em questão atendeu ao contido no artigo 40, da Lei Federal nº 8.666/93, sendo o Objeto: **REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEIS GASOLINA COMUM E ETANOL DESTINADOS À MANUTENÇÃO DO VEÍCULO PERTENCENTE À CÂMARA MUNICIPAL DE LIDIANÓPOLIS PELO PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES** na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO**, do tipo **MAIOR PERCENTUAL DE DESCONTO POR ITEM**, devidamente liberado para licitação, foi devidamente aprovado, estando o processo finalizado.

Verificou-se da análise que no Processo Licitatório estão observadas as disposições legais aplicáveis à espécie, não possuindo nenhum vício que fosse passível de anulação ou nulidade. Que o tramite correu conforme determina a Lei 10.520/2002, e em data de 24 de fevereiro de 2022, habilitou a empresa: **CLECIO VERENKA – POSTO DE COMBUSTÍVEL**, inscrita no CNPJ nº 33.596.419/0001-07, dos quais em análise por esta assessoria, encontra-se com a documentação regular, em especial as certidões com os entes federativos e demais certidões exigidas por lei.

2. MÉRITO

O critério de julgamento estabelecido no procedimento em análise foi o **MAIOR PERCENTUAL DE DESCONTO POR ITEM**, sendo que o intuito da licitação é a adequação e satisfação dos interesses de forma mais vantajosa para a



Câmara de Vereadores do Município de Lidianópolis-Pr.

Estado do Paraná – CNPJ/MF nº 72.483.597/0001-83

Rua Juscelino Kubitschek, 327- CEP 86.865-000 - Fone (43) 3473-1284
camara@cmlidianopolis.pr.gov.br

Ana Paula D. Carvalho
Pregoeira Municipal

000163

administração, a qual se apresenta quando a economicidade se faz presente, sendo uma contratação menos onerosa, aplicada a concorrência de forma exequível ao processo.

Assim, o procedimento em epígrafe condicionou-se aos princípios expressos no artigo 3º da Lei 8666/93, quer sejam: da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos.

CONCLUSÃO:

Portanto esta assessoria jurídica opina pela HOMOLOGAÇÃO, do presente processo licitatório, haja vista estar de acordo com o ordenamento jurídico vigente, podendo Vossa Excelência proceder com a homologação se entender conveniente ao interesse público.

É o Parecer, salvo melhor juízo.

Lidianópolis – PR, 07 de março de 2022.

MATTHEUS F. DE OLIVEIRA SILVA

ASSESSOR JURÍDICO

OAB/PR 85.255